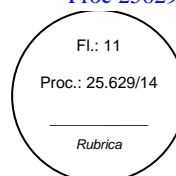




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS



TCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)
MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

TCA – Administração Regional de Taguatinga (RA III) – Exercício 2013
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 362-378v*)

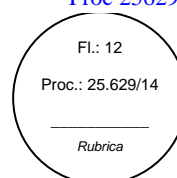
SUBITEM 2.1	Ausência de Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica pela elaboração dos projetos e orçamentos de obras e serviços de engenharia.
<p>a) Síntese da irregularidade (fls. 363v-365*):</p> <p>Em análise aos processos de contratações de obras e serviços de engenharia, constantes da tabela 1 (fls. 363v-364*), o Controle Interno identificou a ausência de ART/RRT, em face da elaboração dos projetos arquitetônicos e de orçamentos, contrariando normas aplicadas bem como o disposto no item III, letra “b” da Decisão nº 5.749/2012 deste Tribunal de Contas¹.</p>	
<p>b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:</p> <p>Não há manifestação da Unidade examinada quanto a este ponto.</p>	
<p>c) Análise/comentário do Corpo Técnico:</p> <p>Apesar de o ponto em questão ter sido considerado pelo Controle Interno como ressalva (falha formal – fl. 378v*), somos por que, juntamente com outras ocorrências envolvendo esses processos de contratações de obras e serviços de engenharia, o presente subitem seja incluído na audiência que será proposta nesta fase, mormente pelo descumprimento à Decisão do Tribunal.</p> <p>Ressalte-se que os processos maculados com esta falha são os mesmos dos subitens 2.2, 2.3, 2.5, 2.6 e 2.9. Não obstante, a ausência de ART/RRT dificulta a responsabilização do agente em caso de danos relativos aos procedimentos advindos da contratação.</p>	
<p>d) Gestor(es) Responsável(is):</p> <p>Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio César de Oliveira (Diretor de Administração Geral).</p>	
SUBITEM 2.2	Ausência de planilha de composição de custos unitários e de encargos sociais e de demonstrativo de cotações de preços no mercado.
<p>a) Síntese da irregularidade (fls. 365-366*):</p> <p>Ainda em análise aos processos de contratações de obras e serviços de engenharia, constantes da tabela 2 (fls. 365-365v*), o Controle Interno constatou que os projetos básicos apresentados não possuíam planilhas detalhadas: de composição de custos unitários (em desacordo com o inciso II do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/1993); de encargos sociais e demonstrativos de cotações de preços no mercado, contrariando, por exemplo, o disposto no item IV da Decisão nº 4.033/2007 deste Tribunal de Contas (transcrito à fl. 365v*).</p>	

¹ Verbis: “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III) determinar: (...); b) a todos os órgãos e entidades integrantes do complexo administrativo do Distrito Federal que promovam o registro junto ao Crea/DF da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a projeto (básico e executivo), execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas; (...)”.

* Processo-GDF nº 040.001.245/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS



TCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)
MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

TCA – Administração Regional de Taguatinga (RA III) – Exercício 2013
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 362-378v*)

b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:

Não há manifestação da Unidade examinada quanto a este ponto.

c) Análise/comentário do Corpo Técnico:

Apesar de o ponto em questão ter sido considerado pelo Controle Interno como ressalva (falha formal – fl. 378v*), somos por que, juntamente com outras ocorrências envolvendo esses processos de contratações de obras e serviços de engenharia, o presente subitem seja incluído na audiência que será proposta nesta fase, mormente pelo descumprimento a Decisões do Tribunal.

d) Gestor(es) Responsável(eis):

Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio César de Oliveira (Diretor de Administração Geral).

SUBITEM 2.3

Elaboração de planilhas orçamentárias sem considerar os custos previstos nos sistemas SINAPI e SICRO 2.

a) Síntese da irregularidade (fls. 366-367*):

Em continuação à análise aos processos de contratações de obras e serviços de engenharia, constantes da tabela 3 (fl. 366v*), o Controle Interno constatou que as planilhas orçamentárias não utilizaram os preços de referência do Sistema SINAPI (Caixa) e SICRO 2 (DNIT), além de não terem sido juntadas nem arquivadas memórias de cálculos que subsidiaram os quantitativos e custos grafados em tais planilhas, impossibilitando sua avaliação pelo controle, contrariando o disposto no item VII da Decisão nº 4.033/2007 e, por exemplo, a Decisão nº 2.953/2005, deste Tribunal de Contas (consoante transcrições à fl. 366*).

b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:

Não há manifestação da Unidade examinada quanto a este ponto.

c) Análise/comentário do Corpo Técnico:

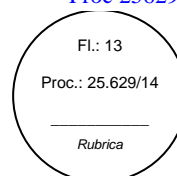
Apesar de o ponto em questão ter sido considerado pelo Controle Interno como ressalva (falha média – fl. 378v*), em face da inexistência de justificativas acerca do uso de outros parâmetros de custos para a elaboração das planilhas, somos por que, juntamente com outras ocorrências envolvendo esses processos de contratações de obras e serviços de engenharia, o presente subitem seja incluído na audiência que será proposta nesta fase, mormente pelo descumprimento a Decisões do Tribunal.

d) Gestor(es) Responsável(eis):

Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio César de Oliveira (Diretor de Administração Geral).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS



TCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)
MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

TCA – Administração Regional de Taguatinga (RA III) – Exercício 2013
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 362-378v*)

SUBITEM 2.4	Fracionamento indevido do quantitativo de aquisição de material de consumo, para realização de despesas por dispensa de licitação.
<p>a) Síntese da irregularidade (fls. 367-368v*):</p> <p>Em análise a processos de aquisição de gêneros alimentícios (água e café) para a RA III – Taguatinga, por dispensa de licitação, com base no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, o Controle Interno verificou que, em razão de os gastos anuais terem atingido montante de R\$ 32.487,50, teria havido descumprimento ao disposto na norma citada, pois a autorização para que haja dispensa de licitação para a contratação de serviços ou a aquisição de materiais, o valor deve ser inferior a 10% do limite previsto para a modalidade Convite, ou seja, inferior a R\$ 8.000,00, e “desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez”. Verificou, ainda, que no Sistema e-Compras da Secretaria de Gestão Administrativa foi localizado o Pregão Eletrônico 0318/2013 no qual foi adquirido o produto café a preço bem inferior ao valor adquirido pela RA (fl. 367v*), gerando prejuízo ao erário. Quanto à água mineral, apesar de não ter localizado aquisição semelhante, não foram identificadas pelo Controle Interno, nos processos, justificativas para as aquisições dos quantitativos deste produto (fl. 368*). Também observou que os materiais fornecidos por determinada empresa não condizem com as atividades econômicas registradas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fl. 368*).</p>	
<p>b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada (fl. 368*):</p> <p>A Unidade informou que os únicos documentos ligados às situações apontadas pelo Controle Interno são os constantes dos processos analisados, de modo que não há documentos oficiais que justifiquem as aquisições dos quantitativos de água e café sem a utilização do Pregão.</p>	
<p>c) Análise/comentário do Corpo Técnico:</p> <p>Embora o Controle Interno tenha considerado este subitem como falha “grave” (fl. 378v*), e a Comissão de Certificação tenha se posicionado pela regularidade, com ressalvas, das contas (fl. 381v*), somos por que o mesmo motive a audiência dos gestores, dada a ocorrência de prejuízo ao erário, ainda que de baixa materialidade, e o fato de que, além de ter ocorrido burla à regra de licitação, a ocorrência denota falta de zelo com a coisa pública, pois havia pregão no GDF com um dos produtos adquiridos a preço inferior, porém não houve qualquer justificativa para a aquisição a preço superior. Também não se justificou a aquisição dos quantitativos de água mineral. Poderá o Tribunal avaliar a oportunidade de determinar, após a audiência, a instauração de TCE para apurar o real prejuízo ocorrido no caso.</p>	
<p>d) Gestor(es) Responsável(is):</p> <p>Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio César de Oliveira (Diretor de Administração Geral).</p>	

SUBITEM 2.5	Fracionamento de licitação de objetos de mesma natureza em obras e serviços de engenharia.
<p>a) Síntese da irregularidade (fls. 369-370*):</p> <p>Voltando à análise dos processos de contratações de obras e serviços de engenharia, constantes da</p>	

* Processo-GDF nº 040.001.245/2014.



TCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III) MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

TCA – Administração Regional de Taguatinga (RA III) – Exercício 2013
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 362-378v*)

tabela 4 (fl. 369v-370*), o Controle Interno identificou o fracionamento de licitação de objetos de mesma natureza, tendo em vista a estreita semelhança entre alguns projetos básicos, contrariando o disposto no § 5º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993.

b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:

Não há manifestação da Unidade examinada quanto a este ponto.

c) Análise/comentário do Corpo Técnico:

Embora o Controle Interno tenha considerado este subitem como falha “grave” (fl. 378v*), e a Comissão de Certificação tenha se posicionado pela regularidade, com ressalvas, das contas (fl. 381v*), somos por que, juntamente com outras ocorrências envolvendo esses processos de contratações de obras e serviços de engenharia, o presente subitem seja incluído na audiência que será proposta nesta fase.

Não é demais ressaltar que o fracionamento de licitações pelas RAs, utilizando-se de convites, é uma situação endêmica e crítica, a ponto de ter motivado o Ministério Público junto ao Tribunal a entrar com diversas representações junto à Corte, em 2014, bem como de motivar a deflagração da “Operação Atape”, pela Polícia Civil do DF, a qual objetivou apurar fraudes em contratações por meio de convite em diversas RAs, no período de 2012 a 2014, dentre as quais está a RA de Taguatinga.

Apesar de a análise do Controle Interno ter sido sobre uma amostra dos processos de contratações de obras e serviços de engenharia da RA de Taguatinga, entende-se que, por si só, ela apresenta elementos suficientes para caracterizarem a ocorrência de fracionamentos em licitações na modalidade convite, prática expressamente vedada pela legislação de regência. Ainda assim, verificou-se pelo Sistema SIGGO a ocorrência de outros empenhos, no exercício referente a estas contas, a empresas constantes da apuração da PCDF.

No Tribunal, recentes apurações relacionadas a fracionamento de licitações pelas RAs levaram à instauração do Processo nº 24.966/2016-e, o qual foi autuado com vistas à realização de “**Auditoria de Regularidade com o objetivo de avaliar contratações de obras e serviços de engenharia pelas Administrações Regionais mediante convites, com indícios de fracionamento irregular do objeto a fim de evitar-se modalidade licitatória mais complexa**”, sendo que referida Auditoria apresentou de modo detalhado, em relatório preliminar, achados semelhantes aos contidos nestas contas e apontados pelo Controle Interno. Por fim, poderá o Tribunal avaliar a oportunidade de determinar, após a audiência, a instauração de TCE para apurar eventual ocorrência de prejuízo para os processos em questão.

d) Gestor(es) Responsável(is):

Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio César de Oliveira (Diretor de Administração Geral).

SUBITEM 2.6

Homologação e adjudicação de objeto a licitante que não possui capacitação técnica compatível com a descrição das obras previstas no projeto básico.

a) Síntese da irregularidade (fls. 370-371*):

Ainda em torno da análise aos processos de contratações de obras e serviços de engenharia, constantes da tabela de fl. 370v*, o Controle Interno verificou que algumas empresas licitantes não

* Processo-GDF nº 040.001.245/2014.

**TCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)**
MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

TCA – Administração Regional de Taguatinga (RA III) – Exercício 2013
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 362-378v*)

comprovaram aptidão técnica para a execução dos objetos contratados pela RA de Taguatinga, contudo foram habilitadas pela Comissão de Licitação, com posterior homologação e adjudicação dos objetos pelo Administrador Regional, contrariando o disposto na Lei nº 8.666/1993.

b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:

Não há manifestação da Unidade examinada quanto a este ponto.

c) Análise/comentário do Corpo Técnico:

Apesar de o ponto em questão ter sido considerado pelo Controle Interno como ressalva (falha média – fl. 378v*), somos por que, juntamente com outras ocorrências envolvendo processos de contratações de obras e serviços de engenharia, o presente subitem seja incluído na audiência que será proposta nesta fase. Tais falhas, somadas aos fracionamentos dos convites (subitem 2.5), dão o indício de direcionamento dos objetos a determinadas empresas, independentemente da capacidade técnica, podendo ter levado à inexecução parcial das obras ou a realização das mesmas com qualidade inferior ao exigido em edital, descumprindo o inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/1993.

d) Gestor(es) Responsável(eis):

Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio César de Oliveira (Diretor de Administração Geral).

SUBITEM 2.9	Ateste de serviços não executados referentes a contratos de obras e serviços de engenharia.
--------------------	--

a) Síntese da irregularidade (fls. 373v-375*):

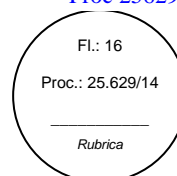
Tratando ainda de alguns dos processos de contratações de obras e serviços de engenharia, dentre os quais os constantes da tabela de fls. 373v-374*, o Controle Interno verificou que foram realizados atestes pelo executor da contratação e, em consequência, os pagamentos das faturas, sem a comprovação da execução de alguns serviços previstos na planilha orçamentária. Também apontou a ocorrência de alterações em objetos contratuais sem qualquer documentação comprobatória, tampouco justificativa quanto à vantagem para a Administração das alterações ocorridas, dos pontos de vistas técnico e financeiro (fl. 374*). O Controle Interno relatou, ainda, a ocorrência de descumprimentos a disposições contratuais sem aplicação de penalidades (fls. 374-374v*).

b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:

Não há manifestação da Unidade examinada quanto a este ponto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE CONTAS
TERCEIRA DIVISÃO DE CONTAS



TCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)
MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

TCA – Administração Regional de Taguatinga (RA III) – Exercício 2013
Relatório de Auditoria nº 04/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 362-378v*)

c) Análise/comentário do Corpo Técnico:

Embora o Controle Interno tenha considerado este subitem como falha “grave” (fl. 378v*), e a Comissão de Certificação tenha se posicionado pela regularidade, com ressalvas, das contas (fl. 381v*), somos por que, juntamente com as outras ocorrências envolvendo esses processos de contratações de obras e serviços de engenharia, o presente subitem seja incluído na audiência que será proposta nesta fase. Há que se ressaltar a ocorrência de prejuízo ao erário, ainda que de baixa materialidade. Assim, poderá o Tribunal avaliar a oportunidade de determinar, após a audiência, a instauração de TCE para apurar o real prejuízo para o subitem em questão.

d) Gestor(es) Responsável(is):

Srs. Carlos Alberto Jales (Administrador Regional) e Antônio Cézar de Oliveira (Diretor de Administração Geral).

* Processo-GDF nº 040.001.245/2014.